



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

REGULAMENTO DE CAPACITAÇÃO DOCENTE DO CEFET/RJ

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º O presente Regulamento destina-se a normatizar a Capacitação Docente dos servidores do quadro permanente das carreiras do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e do Magistério Superior do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ, nos termos das legislações vigentes.

Art. 2º Foi considerado, para fins de elaboração deste regulamento, o seguinte fundamento legal:

- I - Lei 11.784/2008;
- II - Lei nº 11.907/2009;
- III - Lei nº 12.269/2010;
- IV - Lei nº 12.772/2012;
- V - Lei nº 8.112/1990;
- VI - Decreto nº 1.387/1995;
- VII - Decreto nº 10.506/2020;
- VIII - Decreto nº 9.991/2019;
- IX - Decreto nº 91.800/1985;
- X - Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME nº 21/2021;
- XI - Nota Técnica CGDGP/DCDP/SGDP/SEDGGD/ME nº 7058/2019/ME;
- XII - Portaria CAPES nº 68/2022.

DOS FINS E OBJETIVOS

Art. 3º Consoante com a missão do Cefet/RJ de promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e econômico da sociedade, o presente documento visa favorecer o desenvolvimento de um corpo docente altamente qualificado.

DA CONCEITUAÇÃO

Art. 4º Para fins desta regulamentação, aplicam-se os seguintes conceitos:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

- I - Ação de desenvolvimento ou Capacitação são atividades de aprendizagem estruturada com o objetivo de desenvolver competências para a atribuição pública. São organizadas de maneira formal, realizadas de modo individual ou coletivo, presencial ou a distância, com supervisão, coordenação, orientação ou tutoria. Devem atender às necessidades de desenvolvimento, em alinhamento com os objetivos da instituição. Podem ser:
- a) Ações de aprendizagem prática (Aprendizagem em serviço, estágio, intercâmbio, estudo em grupo);
 - b) Eventos (Oficina, Congresso, Palestra, Seminário ou outras modalidades de evento similares);
 - c) Cursos de curta-duração;
 - d) Educação Formal (Ensino Médio, Graduação, Mestrado, Especialização, Doutorado, Pós-Doutorado);
- II - Ação de Desenvolvimento em Serviço – Pós-graduação (ADS-Pós): participação de servidores em programas de pós-graduação *stricto sensu* como parte integrante de sua jornada semanal de trabalho.

DO PLANO DE CAPACITAÇÃO DOCENTE DO COLEGIADO ACADÊMICO

Art. 5º O Plano de Capacitação Docente dos Colegiados Acadêmicos (PCDCA) é o instrumento de planejamento e gestão da capacitação do quadro docente dos Colegiados Acadêmicos (CAs), elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) ou, quando não houver NDE, pelo Colegiado Acadêmico. A aprovação do PCDCA é feita pelos Colegiados Acadêmicos (CAs) para o período de 1 ano e deverá conter as seguintes informações:

- I - Apresentação do CA, destacando os pontos fortes e as fragilidades do quadro docente;
- II - Plano de Estudos para Capacitação Docente (PECD) dos solicitantes;
- III - Metas anuais de capacitação propostas pelo CA para o período, com previsão de ADS-Pós e Afastamentos para pós-graduação *stricto sensu* no país e/ou no exterior, incluindo justificativa e relação nominal dos docentes a serem capacitados em ordem de prioridade e contendo a pontuação atribuída de acordo com o Art. 8º, indicando e justificando a necessidade de professores substitutos;

Parágrafo único. A justificativa para a capacitação de cada docente deverá incluir a descrição da sua contribuição para atividades de ensino do CA com documentação comprobatória e pelo menos um dos seguintes itens:

- a) atuação em programas de pós-graduação existentes ou emergentes da Instituição;
- b) desenvolvimento de atividades de pesquisa nas linhas de pesquisa existentes ou emergentes comprovadas através de projetos de pesquisa cadastrados na diretoria sistêmica competente e aprovados por órgão de fomento e/ou publicadas em congressos e/ou revistas com corpo editorial;
- c) desenvolvimento de atividades de extensão nas áreas temáticas existentes ou emergentes comprovadas através de projetos de extensão cadastrados na diretoria sistêmica competente e aprovados por órgão de fomento e/ou publicadas em congressos e/ou revistas com corpo editorial.

Art. 6º A elaboração e acompanhamento das diretrizes de capacitação docente será de competência da Comissão Gestora da Capacitação Docente (CGCD), com apoio do Departamento de Gestão de Pessoas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(DGP). A Comissão Gestora será composta pelo Diretor da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPPG), pelo Diretor da Diretoria de Ensino (DIREN), por 1 (um) representante eleito de cada conselho dos campi, 1 (um) representante eleito do Conselho Departamental (CONDEP) e 1 (um) representante eleito do Conselho de Departamento de Ensino Médio e Técnico (CONDMET), sob a presidência do primeiro.

§ 1º A CGCD estabelecerá as diretrizes para a elaboração dos PCDCAs, em consonância com o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), conforme orientação do DGP.

§ 2º Anualmente a CGCD definirá as diretrizes, formulários e calendário para a tramitação dos PCDCAs.

Art. 7º A elaboração dos PCDCAs deverá obedecer a seguinte tramitação:

- I - A CGCD encaminha anualmente aos CAs as diretrizes, os formulários e o calendário para a tramitação dos PCDCAs;
- II - Os NDEs/CAs elaboram, aprovam em Ata e encaminham os PCDCAs ao seu conselho imediatamente superior;
- III - O conselho imediatamente superior a cada CA, após análise e aprovação, encaminha os PCDCAs consolidados à CGCD;
- IV - A CGCD, tomando como base os PCDCAs aprovados e consolidados por cada conselho, elabora a lista consolidada com os dados de afastamentos previstos na instituição e encaminha à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) para emissão de parecer;
- V - A CPPD encaminha a lista consolidada com parecer à Divisão de Capacitação e Desenvolvimento (DICAP/DGP) para inclusão no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP).

DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

Art. 8º Os NDEs/CAs deverão adotar critérios de seleção e classificação dos candidatos através de uma Pontuação Final (PF), considerando a atribuição dos seguintes critérios:

- I - Quando a capacitação do docente for em instituição estrangeira, a pontuação corresponderá, conforme Tabela I, ao posicionamento da instituição nos seguintes rankings internacionais (edição do ranking em vigor no momento da elaboração do PCDCAs): *Times Higher Education*, *QS World University Rankings* e *Academic Ranking of World Universities*;
 - a. Caso a instituição figure em mais de um ranking, a pontuação será a média simples das colocações da instituição nos rankings em que figura.
- II - Quando a capacitação do docente for em instituição brasileira, a pontuação corresponderá, conforme Tabela II, à nota na avaliação quadrienal Capes em vigor, a saber: 7, 6, 5, 4, 3 ou A, por ordem decrescente de prioridade;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

a. Nos casos em que o Pós-doutorado for realizado em um Grupo de Pesquisa cadastrado e ativo no Diretório do Grupo de Pesquisa do CNPq, a pontuação corresponderá ao Programa de Pós-graduação *stricto sensu* ao qual o supervisor do docente no pós-doutorado está vinculado.

III - A pontuação obtida pelo docente no plano de trabalho do ano anterior aprovado pelo colegiado (RADT). Considera-se os 2 últimos anos para dimensão de Ensino e os 3 últimos anos para as dimensões Pesquisa e Extensão.

§ 1º A pontuação final (PF) que toma como base os critérios da Tabela I ou Tabela II será calculada de acordo com a seguinte expressão:

$$PF = I + II$$

§ 2º Candidatos com **RADT** inferior a 40 (quarenta) pontos serão eliminados;

§ 3º Candidatos com **PF** final inferior a 45 (quarenta e cinco) pontos serão eliminados;

§ 4º Serão utilizados como critérios de desempate, nesta ordem:

I - O nível de capacitação pretendido: Mestrado, Doutorado, e Pós-doutorado;

II - O tempo de atuação do docente na instituição.

§ 5º Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de Pontuação Final (PF) em dois grupos: docentes que já concluíram o período de estágio probatório e docentes em período de estágio probatório.

§ 6º Os candidatos que já concluíram o período de estágio probatório terão prioridade sobre aqueles em estágio probatório, independente da Pontuação Final (**PF**) obtida, respeitando-se os parágrafos 3º, 4º e 5º deste artigo.

Tabela I. Critérios de seleção e classificação para capacitação docente do Cefet/RJ em cursos de pós-graduação *stricto sensu* e estágio de pós-doutorado no exterior.

Critérios	Pontos				
	Intervalos				
I. Posicionamento da instituição nos seguintes rankings internacionais: <i>Times Higher Education</i> , <i>QS World University Rankings</i> e <i>Academic Ranking of World Universities</i> . Caso a instituição figure em mais de um ranking, a pontuação corresponderá à média simples das colocações da instituição nos rankings em que figura.	1 a 200	201 a 400	401 a 600	601 a 800	≥801
	10	8	6	4	2
II. Pontuação obtida pelo docente no plano de trabalho do ano					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

anterior aprovado pelo colegiado (RADT).	
--	--

Tabela II. Critérios de seleção e classificação para capacitação docente do Cefet/RJ em cursos de pós-graduação *stricto sensu* e estágio de pós-doutorado no Brasil.

Critérios	Pontos				
	Intervalos				
I. Nota na avaliação quadrienal Capes em vigor.	Nota 7	Nota 6	Nota 5	Nota 4	Nota 3 ou "A"
	10	8	6	4	2
II. Pontuação obtida pelo docente no plano de trabalho do ano anterior aprovado pelo colegiado (RADT).					

NORMAS GERAIS DE PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

Art. 9º À participação em ações de desenvolvimento previstas neste regulamento aplicam-se os seguintes dispositivos:

- I - Ação de Desenvolvimento em Serviço – Pós-graduação, em conformidade com o disposto na Nota Técnica SEI nº 7058/2019/ME.
- II - Afastamentos:
 - a) Licença para Capacitação, nos termos do disposto no art. 87 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
 - b) Para pós-graduação *Stricto sensu*, afastamento integral das atividades laborais para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu*, conforme o disposto no art. 96-A da Lei nº 8.112, de 1990;
 - c) Para Estudo no Exterior, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 10. Para os dispositivos informados no Art. 9º, são condições de elegibilidade:

- I - Servidor ser titular de cargo efetivo no Cefet/RJ e, para ADS-Pós, deve ter sido aprovado em estágio probatório;
- II - Servidor não ocupar cargo ou função de chefia para ADS-Pós e para Afastamentos superiores a 30 dias;
- III - Necessidade de desenvolvimento estar prevista no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP);



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

- IV - Ação de desenvolvimento e projeto de pesquisa a ser desenvolvido estarem alinhados ao desenvolvimento do servidor nas competências relativas às atribuições da carreira ou cargo efetivo, do cargo em comissão ou função de confiança ou do seu órgão de exercício ou lotação;
- V - Título pleiteado por meio da participação em programa de pós-graduação *Stricto sensu* ser superior à titulação atual do servidor.
- VI - Servidor não ter sofrido penalidade disciplinar nos 2 (dois) anos imediatamente anteriores à data de início do Afastamento ou ADS-Pós;
- VIII - Servidor estar em dia com a prestação de contas referente às atividades de ensino, pesquisa e extensão, apresentando todos os relatórios solicitados;
- IX - Servidor apresentar conceito igual ou superior a “bom” em todas as dimensões da Avaliação de Desempenho Docente durante a última avaliação para progressão funcional ou estágio probatório, conforme Regulamento vigente no Cefet/RJ.
- X - Servidor estar regularmente matriculado ou em processo de seleção em instituição credenciada pelo Ministério da Educação (MEC) ou em instituição de ensino no exterior.
- XI - Horário ou local da ação de desenvolvimento inviabilizar o cumprimento das atividades previstas ou da jornada semanal de trabalho do servidor.

Art. 11. Os dispositivos do art. 9º serão autorizados pelo Diretor-Geral, que examinará os interesses do Cefet/RJ expressos nos planos institucionais e a conveniência da concessão, considerando os pareceres do DGP e da CPPD em processo administrativo, instruído, no mínimo. com:

- I - comprovante de matrícula ou, para Pós-Doutorado, aceite definitivo da Instituição de Ensino;
- II - local de realização da ação de desenvolvimento;
- III - carga horária prevista para a ação de desenvolvimento;
- IV - período do afastamento previsto, incluído período de trânsito, se houver, sendo dispensada a apresentação prévia de documentos comprobatórios;
- V - instituição promotora;
- VI - despesas para custeio previstas com inscrição e mensalidade relacionadas com a ação de desenvolvimento, se houver;
- VII - despesas para custeio previstas com diárias e passagens, se houver;
- VIII - currículo atualizado do servidor extraído do SIGEPE - Banco de Talentos;
- IX - justificativa quanto ao interesse da administração pública na ação, visando o desenvolvimento do servidor;
- X - trecho do PDP do órgão ou entidade com a indicação da necessidade de desenvolvimento;
- XI - manifestação da chefia imediata, chefia de Departamento ou Gerência Acadêmica, Diretoria Sistêmica ou da Uned e da Coordenação de Programa de Pós-graduação em que o servidor eventualmente atue, expressando sua concordância quanto à solicitação;
- XII - manifestação da unidade de gestão de pessoas do órgão ou entidade do servidor, indicando sua concordância e aprovação justificada quanto à solicitação;
- XIII - pedido de exoneração do cargo em comissão ou dispensa da função de confiança, conforme o caso;
- XIV - publicação do ato de concessão do afastamento.

Parágrafo único. O Departamento de Gestão de Pessoas fornecerá os modelos de requerimentos e formulários aplicáveis a cada dispositivo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Art. 12. O servidor deverá comprovar a participação efetiva na ação que gerou seu Afastamento ou ADS-Pós no prazo de até 30 (trinta) dias da data de retorno às atividades ou jornada de trabalho padrão, devendo apresentar:

I - certificado ou documento equivalente que comprove a participação;

II - relatório de atividades desenvolvidas; e

III - cópia de monografia, trabalho de conclusão de curso, dissertação de mestrado, tese de doutorado, de livre-docência ou estágio pós-doutoral com assinatura do orientador, quando for o caso.

§ 1º A não apresentação da documentação de que tratam os incisos I, II e III do caput sujeitará o servidor ao ressarcimento dos gastos com seu Afastamento ou ADS-Pós ao Cefet/RJ, na forma da legislação vigente.

§ 2º O abandono ou desligamento do programa de pós-graduação que ensejou Afastamento ou ADS-Pós sem obtenção do título suspenderá o usufruto do dispositivo, devendo o servidor retomar imediatamente às atividades laborais ou à jornada de trabalho padrão, sob a pena de responder por abandono de cargo, e estará sujeito ao ressarcimento dos gastos com seu aperfeiçoamento, na forma da legislação vigente.

§ 3º Caso o servidor retorne sem a obtenção do título previsto, o mesmo não poderá usufruir de novo Afastamento ou ADS-Pós para obter a mesma titulação.

Art. 13. Ao docente em capacitação para realização de pós-graduação *Stricto sensu* ou *Estágio de pós-doutorado*, com ou sem afastamento, será atribuída pontuação máxima no item "Capacitação Docente" do Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes (RAD) com vistas à Progressão Funcional.

§ 1º Para concessão da Progressão Funcional, o docente em afastamento para capacitação deverá ter seu desempenho acadêmico aprovado conforme art. 42.

§ 2º Somente será computada no RAD a pontuação equivalente ao período contado a partir da data de publicação da portaria de Afastamento pela Direção-Geral.

§ 3º O docente que não tiver seu desempenho acadêmico aprovado conforme disposto no art. 42 não fará jus à pontuação estabelecida pelo RAD para o item Capacitação Docente.

Art. 14. Trabalhos produzidos ou publicados em qualquer mídia em decorrência das atividades realizadas durante a participação em ações de desenvolvimento, com ADS-Pós ou Afastamento, deverão, necessariamente, fazer referência ao apoio recebido, com as seguintes expressões, no idioma do trabalho:

I - "O presente trabalho foi realizado com apoio do Cefet/RJ, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ" ou

II - "Professor(a) do Cefet/RJ - Brasil".



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

DA AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO EM SERVIÇO – PÓS-GRADUAÇÃO (ADS-Pós)

Art. 15. O servidor poderá pleitear a utilização de até 50% de sua carga horária semanal de trabalho do respectivo cargo, sem necessidade de compensação, para a participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* no qual esteja regularmente matriculado.

§ 1º A comprovação de matrícula regular deverá ser apresentada no processo administrativo

§ 2º Durante o período de ADS-Pós, a carga horária de Ensino não poderá ser reduzida;

§ 3º A participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* engloba o cumprimento dos créditos e atividades obrigatórias à obtenção do título pleiteado, bem como o deslocamento necessário à realização de tais atividades;

§ 4º A participação do servidor em programa de pós-graduação *Stricto sensu* que inviabiliza integralmente o cumprimento de sua jornada semanal de trabalho será tratada como Afastamento;

§ 5º Os servidores apenas poderão pleitear a ADS-Pós para realização de cursos em programas de pós-graduação em Instituições de Ensino Superior brasileiras com nota na avaliação quadrienal vigente da Capes igual ou superior a 4 no momento da requisição;

§ 6º A ADS-Pós não poderá ser utilizada para prorrogação de Afastamentos.

Art. 16. A participação do servidor na ADS-Pós deve estar subordinada aos interesses institucionais do Cefet/RJ, expressos nos planos institucionais.

Art. 17. Nos casos em que mais de um servidor de uma mesma unidade requerer participação na ADS-Pós e a chefia imediata ponderar não haver possibilidade de participação simultânea de ambos, ainda que por meio da concessão de porcentagem inferior à solicitada a cada um dos requisitantes, deverão ser utilizados como critérios de priorização, na seguinte ordem:

I - Programa de pós-graduação com maior nota na avaliação quadrienal Capes (4, 5, 6 ou 7);

II - Menor tempo necessário para obtenção do título;

III - Maior tempo de serviço no Cefet/RJ.

Parágrafo Único. Servidores que já estejam usufruindo de ADS-Pós terão prioridade com relação a novos servidores requisitantes.

Art. 18. O servidor não poderá usufruir, no período de realização da ADS-Pós, de nenhum outro benefício de redução/flexibilização de horário.

Art. 19. A carga horária semanal de trabalho destinada para ADS-Pós não poderá ser utilizada para desenvolver outras atividades laborais externas ao Cefet/RJ, remuneradas ou não, salvo interesse institucional e prévia autorização da Direção-Geral.

Art. 20. A utilização da carga horária semanal de trabalho para ADS-Pós só poderá ocorrer após publicação de portaria autorizando sua realização.

Art. 21. Os prazos máximos para realização da ADS-Pós são:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

- I - 24 meses para Mestrado;
- II - 48 meses para Doutorado;
- III - 12 meses para Pós-Doutorado.

Art. 22. Será permitida a prorrogação da ADS-Pós, respeitados os limites dispostos no art. 21, à vista de requerimento do servidor, protocolado com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, acompanhado de ata do Colegiado com a respectiva aprovação e parecer sobre o desempenho acadêmico do docente, conforme o disposto no art. 42.

§ 1º O requerimento da prorrogação com a documentação comprobatória deve ser apresentado no processo de concessão da ADS-Pós.

Art. 23. Será permitida a suspensão justificada do prazo de realização da ADS-Pós por até 6 meses, à vista de requerimento do servidor, protocolado com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, acompanhado de ata do Colegiado com a respectiva aprovação e parecer sobre o desempenho acadêmico do docente, conforme o disposto no art. 42.

§ 1º A suspensão, quando autorizada, implica na interrupção da contagem dos prazos previstos no art. 21 e posterior retomada dos prazos remanescentes.

Art. 24. O servidor que retornar da ADS-Pós antes do término previsto para a conclusão do curso deverá apresentar, semestralmente, até que seja obtido o título, declaração de matrícula, histórico escolar e declaração do orientador ou da coordenação do programa informando quais foram as atividades desenvolvidas no período, quais restam para integralização do currículo, além da previsão para obtenção do título.

DA LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO

Art. 25. Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até 3 (três) meses, para participar de ação de desenvolvimento.

Art. 26. A licença para capacitação poderá ser concedida para:

- I - ações de desenvolvimento presenciais ou à distância, ofertadas individual ou coletivamente;
- II - elaboração de monografia, trabalho de conclusão de curso, dissertação de mestrado, tese de doutorado, de livre-docência ou estágio pós-doutoral; ou
- III - curso conjugado com
 - a) atividades práticas em posto de trabalho, em órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta dos entes federativos, dos Poderes da União ou de outros países ou em organismos internacionais.
 - b) realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza no País.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

§ 1º A licença para capacitação poderá ser parcelada em, no máximo, seis períodos e o menor período não poderá ser inferior a quinze dias.

§ 2º A carga horária semanal necessária para autorizar a licença para capacitação será obtida pelo cálculo da divisão da carga horária total da ação ou ações de desenvolvimento no período da licença pelo número de dias do afastamento, multiplicando-se o resultado por sete dias da semana.

§ 3º Deverá ser observado o interstício de sessenta dias entre os seguintes afastamentos:

I - licenças para capacitação;

II - parcelas de licenças para capacitação;

III - licença para capacitação ou parcela de licença para capacitação e pós-graduação ou estudo no exterior.

§ 4º A ação de desenvolvimento para aprendizado de língua estrangeira somente poderá ocorrer de modo presencial, no País ou no exterior, e quando recomendável ao exercício das atividades do servidor.

Art. 27. À concessão de licença para capacitação nos casos previstos nas alíneas “a” e “b” do inciso III do art. 26, aplicam-se as regras e procedimentos dispostos na Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME nº 21 de 01/02/2021 e normas complementares.

DO AFASTAMENTO PARA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Art. 28. O Afastamento para pós-graduação *stricto sensu* poderá ser concedido aos servidores titulares de cargos efetivos no Cefet/RJ, independente do tempo de ocupação no cargo ou na instituição, desde que não tenham se afastado por Licença para Tratar de Interesses Particulares, nem para usufruto de Licença Capacitação ou com fundamento no Art. 96-A da Lei nº 8.112/1990 nos 2 (dois) anos anteriores à data da solicitação de afastamento.

Art. 29. Os prazos máximos para Afastamento para pós-graduação *stricto sensu* são:

I - Mestrado: até 24 (vinte e quatro) meses;

II - Doutorado: até 48 (quarenta e oito) meses;

III - Pós-doutorado: até 12 (doze) meses.

Parágrafo único. O Afastamento para pós-graduação *stricto sensu* será concedido para o período solicitado pelo docente e informado no PCDCA, respeitados os limites dispostos nos incisos I a III, mas sua continuidade dependerá da avaliação do desempenho docente, conforme os termos do art. 42.

Art. 30. O servidor beneficiado pelo Afastamento para pós-graduação *Stricto sensu* deverá permanecer no exercício de suas funções após seu retorno por um período igual ao do afastamento concedido;

Parágrafo único. Caso o servidor solicite exoneração do cargo ou aposentadoria antes de cumprido o período mínimo de permanência acima ou não obtenha o título ou grau que justificou seu afastamento, o



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

mesmo deverá ressarcir o Cefet/RJ, na forma do art. 47 da Lei nº 8.112/1990, dos gastos com seu aperfeiçoamento, salvo na hipótese comprovada de força maior ou de caso fortuito, a critério do dirigente máximo da instituição;

Art. 31. Será permitida a prorrogação do afastamento, respeitados os limites dispostos no art. 29, à vista de requerimento do docente, protocolado com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, acompanhado de ata do Colegiado com a respectiva aprovação, atualização do PCDCA e parecer sobre o desempenho acadêmico do docente, conforme o disposto no art. 42.

§ 1º Quando a atualização do PCDCA com a prorrogação do afastamento implicar em alteração de outros afastamentos previstos ou na contratação de professores substitutos, deverá passar pelas aprovações e procedimentos dispostos no Art. 6º.

§ 2º O requerimento de prorrogação com a documentação comprobatória deve ser apresentado no processo de concessão do Afastamento.

§ 3º Na hipótese de, já alcançados os limites dispostos no art. 29, ainda haver necessidade de prorrogação do afastamento, o servidor poderá utilizar a Licença para Capacitação, na forma da legislação vigente, desde que o tempo total do afastamento, incluída a prorrogação, não ultrapasse os 48 meses.

Art. 32. O servidor que retornar do Afastamento antes do término previsto para a conclusão do curso deverá apresentar, semestralmente, até que seja obtido o título, declaração de matrícula, histórico escolar e declaração do orientador ou da coordenação do programa informando quais foram as atividades desenvolvidas no período, quais restam para integralização do currículo, além da previsão para obtenção do título.

Art. 33. Nos afastamentos por período superior a trinta dias consecutivos, o servidor terá suspenso, sem implicar na dispensa da concessão, o pagamento das parcelas referentes às gratificações e aos adicionais vinculados à atividade ou ao local de trabalho e que não façam parte da estrutura remuneratória básica do seu cargo efetivo, contado da data de início do afastamento.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica às parcelas legalmente vinculadas ao desempenho individual do cargo efetivo ou ao desempenho institucional.

AFASTAMENTO PARA ESTUDO NO EXTERIOR

Art. 34. O afastamento para Estudo no Exterior poderá ser autorizado para a participação em ações de desenvolvimento nos seguintes casos:

- I - aperfeiçoamento relacionado com a atividade fim do Cefet/RJ;
- II - intercâmbio cultural, científico ou tecnológico;
- III - bolsas de estudo para curso de pós-graduação *stricto sensu*.

Art. 35. O prazo máximo de Afastamento para Estudo no Exterior é de 4 (quatro) anos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Parágrafo único. O Afastamento para Estudo no Exterior será concedido para o período solicitado pelo docente e informado no PCDCA, respeitado o limite disposto no caput, mas sua continuidade dependerá da avaliação do desempenho docente, conforme os termos do Art. 42.

Art. 36. Somente serão autorizados Afastamentos para Estudo no Exterior mediante a apresentação de uma das seguintes opções:

I - comprovante de concessão de bolsa por agência ou órgão de fomento;

II - declaração formal do servidor de que poderá manter-se com recursos próprios durante o período de afastamento.

Art. 37. Concluído o estudo no exterior, o servidor só poderá ausentar-se novamente do país, com a mesma finalidade, depois de decorrido prazo igual ao do seu último afastamento.

Parágrafo único. Não se aplica a norma deste artigo quando o retorno ao exterior tenha por objetivo a apresentação de trabalho ou defesa de tese indispensável à obtenção do correspondente título de pós-graduação. Nesta hipótese, o tempo de permanência no Brasil, necessário à preparação do trabalho ou da tese, será considerado como segmento do período de afastamento, para efeito do disposto no art. 35.

Art. 38. O servidor que retornar do afastamento antes do término previsto para a conclusão do curso deverá apresentar, semestralmente, até que seja obtido o título, declaração de matrícula, histórico escolar e declaração do orientador ou da coordenação do programa informando quais foram as atividades desenvolvidas no período; quais restam para integralização do currículo; além da previsão para obtenção do título.

Art. 39. Será permitida a prorrogação do afastamento, respeitado o limite disposto no art. 35, à vista de requerimento do docente, protocolado com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, acompanhado de ata do Colegiado com a respectiva aprovação, atualização do PCDCA e parecer sobre o desempenho acadêmico do docente, conforme o disposto no Art. 42.

§ 1º Quando a atualização do PCDCA com a prorrogação do afastamento implicar em alteração de outros afastamentos previstos ou na contratação de professores substitutos, deverá passar pelas aprovações e procedimentos dispostos no Art. 6º.

§ 2º O requerimento de prorrogação com a documentação comprobatória deve ser apresentado no processo de concessão do afastamento.

Art. 40. Ao servidor beneficiado pelo Afastamento para Estudo no Exterior não será concedida exoneração ou licença para tratar de interesse particular antes de decorrido período igual ao do afastamento, ressalvada a hipótese de ressarcimento da despesa havida com seu afastamento, nos termos da legislação vigente.

Art. 41. Nos afastamentos por período superior a trinta dias consecutivos, o servidor terá suspenso, sem implicar na dispensa da concessão, o pagamento das parcelas referentes às gratificações e aos adicionais vinculados à atividade ou ao local de trabalho e que não façam parte da estrutura remuneratória básica do seu cargo efetivo, contado da data de início do afastamento.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica às parcelas legalmente vinculadas ao desempenho individual do cargo efetivo ou ao desempenho institucional.

DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 42. O desempenho acadêmico do docente durante a realização de pós-graduação *stricto sensu*, em ADS-Pós ou Afastamento, será acompanhado e avaliado anualmente pelo seu CA, ao qual o docente deve apresentar, pelo menos:

- I. Relatório de Acompanhamento das Atividades do período anterior, devidamente endossado pelo orientador e com documentação comprobatória da produção diretamente gerada (artigos em periódicos ou em anais de eventos científicos, livros, obras de arte, patentes ou demais produções);
- II. Avaliação do orientador;
- III. Histórico escolar;

§ 1º Mediante justificativa, a periodicidade de acompanhamento e avaliação poderá ser reduzida, por solicitação do CA, CGCD, CPPD ou DGP.

§ 2º O CA poderá solicitar outros documentos que julgar necessários para análise de desempenho do docente;

Art. 43. O CA deve encaminhar ao DGP parecer sobre a avaliação do docente cursando pós-graduação *Stricto sensu*, em ADS-Pós ou Afastamento, para inclusão no respectivo processo.

Parágrafo único. Em caso de parecer desfavorável, caberá análise e parecer da CPPD, CGCD e DGP no processo, garantido ao servidor o direito ao contraditório e ampla defesa, com deliberação da Direção-Geral sobre o retorno imediato do Afastamento ou ADS-pós;

Art. 44. Nos Afastamentos para Pós-graduação *stricto sensu*, para Estudo no Exterior ou na ADS-Pós, poderá ser admitida a alteração do afastamento ou ADS-Pós por mudança de nível, isto é, passagem na realização de pós-graduação *Stricto sensu* na mesma instituição de ensino.

§ 1º A solicitação de alteração deve ser protocolada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, acompanhada de parecer do Colegiado sobre o desempenho acadêmico do docente conforme o disposto no Art. 42 e da atualização do PCDCA.

§ 2º A atualização do PCDCA deverá passar pelas aprovações e procedimentos dispostos no art. 7º.

§ 3º O requerimento da alteração com a documentação comprobatória deve ser apresentado no processo de concessão do afastamento ou ADS-Pós.

§ 4º Se autorizada a alteração no afastamento ou ADS-Pós, será considerado o prazo máximo para afastamento ou ADS-Pós do novo nível de titulação, contado desde o início.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

DO BANCO DE SUBSTITUTOS

Art. 45. Para Afastamentos e Licenças para Capacitação, dependendo da disponibilidade de professores substitutos no banco do Cefet/RJ e das prioridades estabelecidas pelos PCDCAs, poderá ser alocado ao CA um professor substituto para assumir a carga horária do docente afastado, cabendo a decisão à Direção-Geral por meio de parecer técnico e administrativo.

Parágrafo único. A alocação irá considerar o número de docentes equivalentes de cada CA, respeitando-se o banco total de docentes equivalentes da instituição, desde que não ultrapasse o total de 20% do seu quadro docente.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 46. Este Regulamento poderá ser reformado ou emendado a qualquer tempo, em observância do interesse institucional ou por motivo de força de lei ou alteração do Estatuto ou do Regimento do Cefet/RJ, com a aprovação do CEPE e homologação pelo CODIR.

Art. 47. Os casos excepcionais ou omissos neste Regulamento serão resolvidos, no que for de sua competência, pelo DGP, ouvida a CPPD, cabendo recurso ao CEPE em instância final.

Mauricio Saldanha Motta

Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão